

BOLETIM DE

# ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 24 - ABRIL 2018



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

**GOLPE CONTRA O ESTADO**

**INTERNACIONAL**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**TERRITORIAL**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**



# APRESENTAÇÃO

A edição de abril do Boletim de Análise da Conjuntura, em **Golpe contra o Estado**, fala dos desdobramentos do anúncio da privatização de parte do sistema Eletrobras e do parque de refino da Petrobras pelo governo federal. O projeto traz à tona objetivos econômicos como a busca por ganhos fiscais no curto prazo e a barganha por apoios políticos em troca de ativos públicos.

A seção **Internacional** trata do ataque dos Estados Unidos, junto com a França e o Reino Unido, à Síria, e da resistência dos estudantes e trabalhadores ferroviários contra a reforma que o presidente da França, Emmanuel Macron, pretende impor por decreto na empresa de transporte ferroviário SNCF. Também aborda negociações pela paz na Península Coreana, a posse do novo presidente cubano, mudanças na Unasul, protestos na Nicarágua e as eleições no Paraguai.

Em **Política e Opinião Pública**, destacam-se os principais resultados das pesquisas divulgadas após prisão arbitrária do ex-presidente Lula, com dados referentes à prisão e à Operação Lava Jato, intenções de voto, avaliação de governo, preferência partidária, além da nova composição da Câmara dos Deputados após a janelada partidária.

A expectativa alimentada pela mídia de que o crescimento econômico seria sólido e sustentado é desmontada na seção **Social**. Como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o aumento da pobreza e da precarização do trabalho dá o tom da “recuperação” econômica, o que obviamente impacta a capacidade efetiva da economia brasileira recuperar-se.

Em **Economia**, à medida em que vão sendo divulgados novos dados sobre o desempenho dos setores de atividade econômica neste início de ano, fica claro que a retomada do crescimento econômico começa a desacelerar e que será cada vez mais difícil fazer a economia brasileira crescer acima de 2,5% no ano de 2018.

Em **Territorial**, são descritos os desafios para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos no período recente. Em seu escopo traz os alertas apontados pela Organização das Nações Unidas a respeito do tema e o crescimento dos conflitos em torno do uso da água no Brasil.


A ampla repercussão da prisão de Lula é o tema de **Comunicação**, com enfoques específicos na imprensa internacional, que abordou o antogonismo entre as acusações contra o ex-presidente e sua defesa com base na falta de provas, e também nos editoriais dos grandes grupos de comunicação e nas redes sociais.

Por fim, a atuação da militância nas ruas e do ex-presidente Lula ao ser preso fez valer um relato contundente: ele é um preso político, como argumenta a seção **Movimentos Sociais**.





# GOLPE CONTRA O ESTADO



*Em abril o governo federal anunciou a privatização de parte do sistema Eletrobras e do parque de refino da Petrobras. Os argumentos para justificar o desmonte para a opinião pública são tão monótonos quanto contestáveis: o aumento da eficiência econômica e a redução da influência política sobre as empresas estatais. Por trás dessa cantilena, entretanto, o que se observa são outros objetivos econômicos, tais como: a busca por ganhos fiscais no curto prazo e a barganha por apoios políticos em troca de ativos públicos.*

## Privatização da Eletrobras e da Petrobras

A priorização da atração de capitais externos para o setor energético em detrimento da autossuficiência nacional pode aumentar a vulnerabilidade do mercado interno com risco de piorar a qualidade do serviço e aumentar o preço das tarifas de energia elétrica e de derivados do petróleo.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, fez mais uma declaração pública afirmando que a Eletrobras não privatizada é um sinal de atraso. A empresa atravessa mais uma forte tentativa de desmonte do governo federal, a exemplo do que ocorreu ao longo dos anos 1990 e, como se sabe, culminou na crise energética e no apagão de 2001.

A atual crise brasileira, aliada ao amplo endividamento da empresa - motivada em grande medida pelo pagamento de juros ao próprio governo federal - e a manutenção das tarifas em patamares relativamente baixos -, fragilizou as condições da Eletrobras, cuja dívida líquida de 18,3 bilhões de reais supera em mais de oito vezes sua geração de caixa.

No entanto, o que se observa até o momento é a repetição da estratégia fracassada do governo FHC, como fica claro no Plano Diretor de Negócios e Gestão

(2017-2021) apresentado pela empresa recentemente. Novamente, o objetivo é fragmentar o sistema de energia e iniciar um amplo processo de privatização. A primeira medida tomada pelo novo presidente foi justamente acabar com as seis distribuidoras estaduais incluindo-as no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal. Elas irão a leilão até o final de 2017. Nesse mesmo compasso, a empresa deve reduzir em 29% seus investimentos, caindo de 50,3 bilhões de reais para 35,8 bilhões.

Além disso, deve negociar as participações minoritárias da estatal. Atualmente são 178 participações diretas e indiretas em companhias do setor, como em obras das usinas de Belo Monte, Jirau e Teles Pires. O objetivo da empresa com esses negócios é levantar algo em torno de 20 bilhões de reais, estimando que metade desse valor seja possível negociar no mercado com rapidez.

A Eletrobras estabeleceu como prioridades estratégicas para o próximo período a privatização, a reestruturação dos negócios e a governança corporativa. O objetivo é circunscrever as atividades da empresa apenas à geração e à transmissão de energia, como já se apontou: as distribuidoras fo-



ram colocadas a venda, e a administração dos fundos setoriais, que movimentam aproximadamente 30 bilhões de reais, passou a ser feita, definitivamente, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Com isso a estatal deixa de ter a função de financiadora setorial.

Mais ainda, a empresa busca enxugar em 25% seu quadro de funcionários, diminuindo-o de 23,5 mil pessoas para cerca de 17,6 mil. Neste momento, a estatal trabalha em um plano de incentivo à aposentadoria para reduzir, no médio prazo, ainda mais o seu tamanho. Esse processo tem sido acompanhado também pela venda dos ativos imobiliários da empresa.

No último mês, os acionistas da estatal aprovaram a venda de participação (51%) da Celg Distribuição. Recentemente, o novo presidente da empresa chegou a afirmar que a Eletrobras não é eficiente em nenhuma das suas operações. Uma declaração tão forte obviamente não reflete as mudanças positivas da companhia nos últimos anos, mas apenas legitima a nova “velha” estratégia em curso. Ao que tudo indica, não apenas a eficiência da Eletrobras é que está em jogo, mas a de todo o setor de energia elétrica.

## Petrobras

No dia 19 de abril, a Petrobras apresentou as diretrizes do seu modelo preliminar para o reposicionamento da companhia no setor de refino. Embora a proposta ainda não tenha sido aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, ela tornou-se pública em uma atividade com a participação de representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bio-

combustíveis (ANP) e do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e outras entidades interessadas.

Segundo o comunicado divulgado pela Petrobras, “o estudo tem como premissas melhorar a composição do portfólio da companhia no médio e no longo prazos, estabelecer parcerias para mitigação de riscos, viabilizar investimentos no setor por meio desses novos agentes. O programa de parcerias e desinvestimentos faz parte do Plano de Negócios e Gestão e também integra o esforço para a redução da dívida da Petrobras”.

Como tem sido a regra, a Petrobras justifica o desinvestimento dos seus ativos tratando os elos da cadeia produtiva de óleo e gás como meras commodities e não como recursos naturais estratégicos. Nessa mesma toada se reafirma a gestão excessivamente austera da dívida da empresa, que poderia ser administrada com prazos de pagamentos mais alongados de modo a impactar de forma menos intensa os investimentos da companhia. Entretanto, a lógica financista de curto prazo tem se imposto sobre a dinâmica produtiva de médio e longo prazos.

O modelo em estudo prevê a busca de parceiros para as refinarias Abreu e Lima (RNEST-PE), Landulpho Alves (RLAM-BA), Alberto Pasqualini (REFAP-RS) e Presidente Getúlio Vargas (REPAR-PR); o projeto inclui também alguns ativos logísticos, como dutos e terminais administrados pela Transpetro que estão diretamente associados a esse conjunto de refinarias, com cinco terminais no Nordeste e sete terminais no Sul; além disso, a companhia anuncia a procura pela concretização de uma parceria para o término das obras do parque de refino carioca, o Comperj.

	Nordeste	Sudeste
Refinarias	RNEST e RLAM	Repar e Refap
Capacidade de Processamento	430 kbpd	416 kbpd
% da Capacidade de Refino	19%	18%
Total		
Dutos Principais	02 de petróleo 13 de derivados	09 dutos Petrobras
Terminais	03 terrestres 02 aquaviários	03 terrestres 04 aquaviários
Outros Aspectos	2 trem da RNEST	Mercado maduro

Fonte: Petrobras

Nessa proposta, a Petrobras abriria mão de cerca de 38% da capacidade de refino, teria participação de 40% nas empresas formadas com os parceiros, buscando manter 75% da capacidade de refino nacional. Segundo a empresa, o processo de conclusão desse debate deve se estender por cerca de mais um ano, mas já há a sinalização de que os empregados das refinarias serão convidados a trabalhar nas novas empresas parceiras ou poderão ser realocados em movimentações internas à Petrobras. Essa sinalização, no entanto, acende um sinal de alerta entre os trabalhadores dados os riscos de precarização do trabalho nesse processo de transição contratual.

Como já se disse, no documento apresentado o refino é tratado não como uma atividade estratégica para o mercado interno, mas sim como uma reserva de mercado mantida pela Petrobras e que precisa ser aberta à concorrência.

Não por acaso, o documento se limita a indicar que atualmente a importação de derivados por terceiros é de 51%, mas no lugar da priorização da auto-suficiência nacional o que se indica é o caminho de estímulos para a entrada de players estrangeiros nesse segmento. Em uma eventual melhora futura no ambiente econômico, com a retomada do crescimento, o Brasil muito provavelmente estará diante da dependência da importação de derivados.

Atualmente, a RNEST opera com 73% da capacidade instalada, a Refap com 58%, a RLAM com 57% e a Repar com 55%, resultado do baixo dinamismo macroeconômico e das opções de encolhimento da atuação da Petrobras do ponto de vista microeconômico. Não será nenhuma surpresa se tais refinarias forem incorporadas por petrolíferas chinesas, norte-americanas e/ou europeias. O apetite dessas petrolíferas deve aumentar à luz da indicação de que a Petrobras entende que o melhor modelo de negócio é o com a efetivação da transferência de controle para as novas parceiras.

A proposta é apresentada como parte de um plano mais amplo para o refino que teria sido iniciado com a nova política de preços praticada pela companhia. Se, por um lado, é verdade que a rigidez na administração dos preços em viés de baixa pode prejudicar a situação financeira da empresa, por outro também é verdade que a flutuação indiscriminada à luz das oscilações do mercado financeiro introjetam um viés de alta nos preços dos derivados em geral.

Em resumo, os próximos passos dessa empreitada, conforme sinaliza o documento são: a venda do controle exercido pela Petrobras sobre as refinarias, a retirada gradativa desse segmento nas regiões Norte e Sul e a venda casada de refino e logística. No lugar da empresa integrada, a atual gestão da Petrobras pratica o desinvestimento integrado.

# INTERNACIONAL



*Esta seção trata do ataque dos Estados Unidos, junto com a França e o Reino Unido, à Síria, e da resistência dos estudantes e trabalhadores ferroviários contra a reforma que o presidente da França, Emmanuel Macron, pretende impor por decreto na empresa de transporte ferroviário SNCF. Também aborda negociações pela paz na Península Coreana, a posse do novo presidente cubano, mudanças na Unasul, protestos na Nicarágua e as eleições no Paraguai.*

## O ataque dos Estados Unidos e aliados à Síria

No dia 13 de abril, os Estados Unidos, junto com a França e o Reino Unido, lançaram mísseis contra a Síria em resposta a um suposto ataque químico que teria sido perpetrado pelo governo de Bashar al-Assad, entretanto, uma hipótese pouco provável. Foi mais um episódio no conflito que já dura sete anos e nem de longe se dá apenas entre o governo sírio e os rebeldes que atuam no país desde a chamada “Primavera Árabe”. Os interesses em jogo envolvem Rússia, Estados Unidos, Turquia, Israel, Irã, seus respectivos aliados e interesses econômicos na área da energia.

Para os Estados Unidos, seus aliados europeus e Israel, o envolvimento sempre visou a queda do atual governo sírio para enfraquecer o “Eixo Xiita” na região, composto por Irã, Síria, Hezbollah no Líbano e parcialmente o Iraque, além de ser um aliado importante da Rússia de Vladimir Putin. Uma eventual vitória dos rebeldes pró-Occidente facilitaria a

construção de uma rota de abastecimento energético em direção à Europa e significaria um inimigo a menos para Israel, além de possibilitar que as Colinas de Golan tomadas da Síria se tornassem território israelense permanente.

Um governo sírio débil também interessaria à Turquia para intervir e impedir a região curda de Rojava de se tornar independente. Já para os russos, a Síria é a única base da qual dispõem no Mediterrâneo, e impedir os europeus de conseguirem uma rota energética alternativa lhes é desejável, pois o petróleo e gás natural russos são exportados para grande parte do Velho Continente. E o Irã quer preservar a integridade de um aliado importante.

Recentemente, Assad derrotou os rebeldes na maioria das regiões sírias com ajuda russa. Ghouta Oriental, o local onde o suposto ataque químico teria ocorrido, era um dos poucos redutos remanescentes da oposição e já estava quase reconquistado pelo governo, ou seja, não fazia sentido que Assad



utilizasse essa tática caso possuísse as armas químicas, devido à reação que provocaria.

Cabe lembrar que seu arsenal químico foi destruído anos atrás sob supervisão da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), que recentemente realizou novas inspeções na Síria. O país é membro da organização, que não constatou a fabricação deste tipo de arma. Portanto, até o momento não há nenhuma prova de que o tal ataque químico tenha ocorrido.

No entanto, as acusações do governo estadunidense e de seus aliados europeus justificaram o bombardeio, mesmo sem provas, como aconteceu quando invadiram o Iraque para depor Saddam Hussein, sob a farsa da existência de armas de destruição em massa no país. As ações bélicas no exterior sempre foram úteis para ressaltar o nacionalismo e disfarçar problemas domésticos. Donald Trump, Theresa May e Emmanuel Macron estão enfrentando problemas em seus governos e o aumento da rejeição às suas políticas, por isso o ataque pode ser um respiro de alívio para as suas popularidades e apoios em queda.

May, que se tornou primeira-ministra do Reino Unido com a missão de completar as negociações do *Brexit*, até agora não obteve êxito. Macron enfrenta resistências de estudantes e trabalhadores para implementar suas reformas. E Trump enfrenta queda na popularidade, ao mesmo tempo em que o Senado tem sido refratário aos seus interesses. Além disso, aposta no robustecimento da indústria bélica, particularmente, no exército, como um dos nortes de suas políticas. Sua proposta orçamentária para o país beneficiou bastante os militares, e as recentes trocas em seu gabinete, com John Bolton na assessoria de Segurança Nacional e Mike Pompeo como Secretário de Estado, valorizaram homens que compartilham a visão belicista do presidente.

Ademais, Trump está enfrentando acusações que ligam sua campanha vitoriosa à presidência a um apoio da Rússia que lhe poderia ter beneficiado. Assim, a “retaliação” na Síria, que fere os interesses de Putin, bem como a expulsão dos diplomatas russos do território estadunidense em resposta ao caso do envenenamento do ex-espião russo Serguei Skripal, exilado na Inglaterra, poderiam funcionar para

afastar da opinião pública o pensamento de que Trump seria aliado de Moscou.

### **Macron e a resistência na França**

No início de abril, os ferroviários franceses decidiram iniciar um movimento de paralisações nacionais contra a reforma que o presidente Emmanuel Macron pretende impor por decreto na empresa de transporte ferroviário SNCF, por meio de privatizações e retirada de direitos dos trabalhadores, sob justificativa de seu déficit orçamentário. A proposta dos sindicatos, majoritariamente filiados à CGT, é realizar uma greve de dois dias a cada cinco, pelo menos, durante três meses.

Até o momento, a greve tem sido forte e a busca de alternativas de transporte por parte dos usuários do sistema público tem gerado enormes congestionamentos nas grandes cidades como Paris e outras altamente dependentes de trens e metrô. Além disso, outras categorias, como os trabalhadores da Air France, também têm realizado paralisações por aumento de salários.

Os estudantes e funcionários de universidades têm paralisado suas atividades em protesto contra a reforma educacional que Macron também tenta promover por decreto, igualmente, com teor privatizante.

Em 1995, propostas semelhantes feitas pelo governo conservador de Allain Juppé enfrentaram enorme resistência de um conjunto maior de trabalhadores e de estudantes, vindo a cair em seguida. Entretanto, o momento é outro, e Macron domina dois terços da Assembleia Nacional, mas sua falta de disposição para negociar e a decisão de apostar apenas na opinião pública que ainda lhe é favorável devido ao discurso de combate ao déficit da SNCF e aos “privilégios” dos ferroviários criam uma forte oposição a ele, desde a esquerda até a direita.

### **Esperança de paz na Península Coreana**

Um lugar que tinha tudo para provocar situações extremamente arriscadas para a paz mundial, a Península Coreana aparentemente entrou em uma situação de maior tranquilidade, principalmente, a partir da destituição por corrupção da conservadora presidenta sul-coreana, Park Geun-Hye, e sua

substituição pelo democrata Moon Jae-in.

Este retomou, sob outros desígnios, a “*Sunshine Policy*” implementada por seus antecessores do Partido Democrata nos anos 1990, visando uma reaproximação entre as duas Coreias, formalmente ainda em “Estado de Guerra” desde o armistício de 1953. Um passo, embora simbólico, muito importante, foi o convite para a Coreia do Norte participar da Olimpíada de Inverno realizada na Coreia do Sul no início do ano. Prevê-se agora a realização de uma Cúpula de Chefes de Estado reunindo Moon, e o presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-un, assim como os diplomatas sul-coreanos, tem aventado a possibilidade de ser assinado um acordo de paz definitivo, colocando fim à “Guerra da Coreia” que arrasou a Península entre 1950 e 1953, no bojo da Guerra Fria.

Kim Jong-un, além de realizar sua primeira visita internacional ao encontrar-se recentemente com o presidente da China, Xi Jinping, em Beijing, também se reuniu com Mike Pompeo, o novo secretário de Estado de Trump, embora ainda não confirmado pelo Senado estadunidense. Fala-se também de uma Cúpula Bilateral entre o líder norte-coreano e o presidente dos EUA em maio ou junho. A ver.

De qualquer maneira, uma solução militar, principalmente nuclear, seria complexa e danosa na região, pois seguramente envolveria, além das duas Coreias, a China, o Japão e até a Rússia que faz fronteira com o norte da Península. Ou seja, além dos Estados Unidos, três dos cinco mencionados acima também são potências nucleares. Por isso, o diálogo em construção é muito melhor do que a disputa retórica sobre quem tem o “maior botão para disparar armas atômicas”.

### **Novo presidente de Cuba toma posse**

Cuba tem um novo presidente, Miguel Díaz-Canel, um engenheiro de 58 anos que, desde 2013, ocupava a posição de primeiro vice-presidente do país. Raúl Castro, seu antecessor, passou-lhe o cargo no dia 19 abril, com a possibilidade de exercer a presidência por dois mandatos de cinco anos, conforme o critério que Raúl já havia instituído para si mesmo. Porém, a transição de governo ainda é gradual, pois Raul Castro continua como deputado da Assembleia Nacional e

presidente do Partido Comunista de Cuba.

Desde o primeiro ciclo das eleições cubanas, que começaram com os pleitos municipais ainda no ano passado, Díaz-Canel já era cotado para assumir o cargo. Ele é o primeiro presidente que nasceu depois da Revolução Cubana em 1959.

Tem pela frente o desafio de consolidar as mudanças econômicas domésticas implementadas durante o governo de Raúl Castro num ambiente externo adverso, principalmente com a ascensão de vários governos de direita na América Latina e com Trump no comando dos Estados Unidos, que quer interromper o degelo entre os dois países iniciado por Barack Obama. Atualmente há nos Estados Unidos um fortalecimento de leis “anti-Cuba”, como o aumento do embargo que já dura mais de cinquenta anos e as dificuldades criadas para cidadãos americanos visitarem a ilha.

### **A direita deixa a Unasul**

A direita sulamericana não consegue se conter em sua ânsia de agradar o governo estadunidense, embora o governo Trump tenha feito pouco esforço para agregar apoios dos países abaixo do Rio Grande. Pelo contrário, tem perseguido os imigrantes latino-americanos no território dos EUA, ameaçado construir um muro na fronteira com o México e adotado medidas protecionistas no comércio com a região.

A mais recente iniciativa dos governos conservadores da América do Sul anunciada pela chancelaria paraguaia foi que o país, além da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, deixariam a Unasul sob a justificativa de que a Secretaria Geral da organização está acéfala desde que terminou o mandato do colombiano Ernesto Sampér e que não havia consenso entre seus integrantes para eleger um substituto.

Esta justificativa não convenceu ninguém, pois em nenhum momento a Unasul foi hegemônica por qualquer setor ideológico e tampouco todos os governos da América do Sul foram de esquerda ou de direita ao mesmo tempo desde que ela foi fundada, dez anos atrás, mas mesmo assim, as decisões eram tomadas.

O que os direitistas de plantão querem é agradar ao

governo dos EUA destruindo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e as iniciativas econômicas e estruturais de integração regional para aderir, provavelmente, a uma nova Área de Livre Comércio das Américas (Alca), defendida pelas empresas multinacionais e seus aderentes às cadeias produtivas globais no continente. Os empresários “cucarachas” preferem produzir e fornecer bugigangas para as empresas principais e aplicar seus lucros no mercado financeiro do que se arriscar em projetos empresariais autônomos e desenvolvimentistas.

É mais uma conquista progressista que se vai sem colocar nada decente no lugar.

### Protestos na Nicarágua

Na terceira semana de abril assistimos a intensos protestos na Nicarágua que duraram vários dias e podem ter provocado cerca de trinta mortes. O motivo foi a decisão do governo sandinista, presidido por Daniel Ortega, de implementar uma reforma da Previdência Social e capitalizar o Instituto Nacional de Seguridade Social por meio de aumentos das contribuições previdenciárias de trabalhadores e empregadores e redução dos benefícios em 5%.

A oposição foi geral e unânime, mas duramente reprimida pela polícia e forças de segurança com mortos, feridos e desaparecidos. Ao final até a igreja católica aliada do governo pediu a retirada do projeto, o que acabou acontecendo no fim de semana de 21 e 22 de abril.

A repressão, a imposição da reforma de cima para baixo e a falta de disposição de negociar com as entidades representativas de trabalhadores e empresários causou um forte abalo na popularidade do governo sandinista, que vai demorar a ser recuperada.

### Eleições paraguaias

No dia 22 de abril, realizaram-se no Paraguai as eleições presidenciais e departamentais, bem como parlamentares nacionais e para o Parlasul. Para a

presidência, a disputa foi principalmente entre os candidatos da Aliança Nacional Republicana (ANR), o Partido Colorado governista, Mario Abdo Benítez, e Efraim Alegre pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), que se aliou novamente à Frente Guazú, de Fernando Lugo. O mesmo ocorreu quando este foi eleito presidente, em 2008, e depois traído, em 2012, pelo vice do PLRA, Frederico Franco, que se juntou aos colorados para destituí-lo num golpe parlamentar ainda mais descarado do que o brasileiro que vitimou Dilma Rousseff.

Segundo o resultado divulgado pelo Tribunal Eleitoral, por pequena diferença de não mais de cem mil votos, o vitorioso seria Mario Abdo, filho do mais importante colaborador do ditador Alfredo Stroessner e que se elegeu contra a vontade do atual presidente do país, Horacio Cartes, embora prometa que dará continuidade às atuais políticas neoliberais.

Ainda de acordo com os resultados oficiais, na Câmara de Deputados de oitenta membros, os colorados também deveriam alcançar a maioria, mas no Senado a situação seria mais adversa, pois os liberais, somados aos setores de esquerda da Frente Guazú e alguns progressistas, teriam ligeira maioria de 26 senadores contra 25 dos colorados e outros conservadores. Isso obrigaria o novo presidente, previsto para assumir o cargo em agosto, a negociar se quiser aprovar determinados projetos, inclusive com seu próprio partido, pois os colorados estão divididos já há algum tempo.

O setor castigado na eleição foi outra coligação de esquerda, cuja figura mais proeminente é o prefeito de Assunção, Mario Ferreiro, do Partido Revolucionário Febrerista (PRF). Porém, houve divisões no interior da coligação, e o irmão do prefeito que é senador, foi gravado traficando favores na Justiça.

Este texto está em linguagem condicional, pois o senador Fernando Lugo acabou de pedir ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral para interromper o processo de apuração e reiniciar a contagem dos votos sob a alegação que estaria ocorrendo uma fraude generalizada.

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção destaca os resultados das pesquisas divulgadas após prisão arbitrária do ex-presidente Lula, com dados referentes à prisão e à Operação Lava Jato, intenções de voto, avaliação de governo, preferência partidária, além da nova composição da Câmara dos Deputados após a janela partidária.*

## A prisão de Lula e a opinião pública

No último mês, três pesquisas de opinião pública foram divulgadas e revelaram dados importantes que indicam o impacto da prisão do ex-presidente Lula na percepção da população sobre ele e o sistema de Justiça que o condenou. As pesquisas Datafolha, Ipsos e Vox Populi indicam o fortalecimento da imagem do ex-presidente e o fracasso das teses vendidas pela grande imprensa de forma incessante nos últimos anos, visto que não há consenso na população sobre o caso Lula e, inclusive, muitos são favoráveis ao ex-presidente.

A pesquisa Ipsos aponta, por exemplo, que parte significativa da população não acredita na suposta imparcialidade da Lava Jato: 52% discordam que a operação investiga todos os políticos e 47% acham que ela não investiga todos os partidos. Segundo o Vox Populi, 52% acreditam que Lula é tratado com mais rigor pelos juízes do que políticos como Temer e Aécio. De acordo com os dois institutos, respectivamente, 47% e 41% afirmam que a Lava Jato

nada provou contra Lula.

A perseguição midiática parece ter limites, ao passo que, em geral, de 40 a 50% da população não aderem às teses vendidas pelo conluio jurídico-midiático de que Lula seria o chefe de uma organização criminosa. Ao contrário: de acordo com a Ipsos, 73% concordam que os poderosos querem tirar Lula das eleições e 55% afirmam que a operação faz perseguição política contra Lula.

No que se refere à prisão do ex-presidente, 44% (Vox Populi e Ipsos) e 40% (Datafolha) a viram como injusta, número que chega, no caso do terceiro instituto, a 61% entre os nordestinos e 49% entre os que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos. Segundo o Vox Populi, 59% afirmam que a condenação e a prisão foram políticas, opinião que é majoritária em todas as regiões do país, em especial no Nordeste (74%). Já a pesquisa Ipsos revela que, para 66%, após a prisão de Lula, políticos acabarão com a Lava Jato.



Sobre a candidatura do ex-presidente, 48% acham que Lula deveria disputar a eleição (Datafolha) e 51% dizem que cabe às urnas e ao povo julgá-lo (Vox Populi). O segundo instituto aponta também que 58% apoiam o direito de Lula poder se candidatar, e para 68% Lula cometeu mais acertos que erros pelo povo brasileiro e pelo Brasil.

Em relação à imagem do ex-presidente, as pesquisas indicam uma melhora na avaliação que as pessoas fazem de Lula: sua rejeição (pessoas que não votariam de jeito nenhum) caiu quatro pontos desde janeiro, indo a 36% de acordo com o Datafolha, número que chega a 16% entre os eleitores do Nordeste. A força de Lula se traduz também nos dados que apontam sua influência nas eleições: de acordo com o Vox Populi, Lula tem o poder de influenciar positivamente 49% dos votos, visto que 23% afirmam que com certeza votariam em um candidato ou candidata apoiado por Lula, e 26% considerariam votar. Na pesquisa Datafolha, esse número chega a 30 e 16%, respectivamente.

Apesar da tentativa de liquidar sua imagem, calando sua voz em uma prisão injusta e arbitrária, Lula segue sendo a principal liderança do país, com grande legitimidade popular e poder de influência sobre o processo eleitoral e sobre a opinião pública como um todo. Os resultados fortalecem o campo democrático-popular, que deve seguir lutando por sua libertação e seu direito de ser candidato.

### A direita, Joaquim Barbosa e Marina

Mesmo como preso político, Lula mantém a preferência e se consolida na liderança. Vence, com os mais altos índices de intenção de voto, entre 30% e 31%, em todos os cenários para primeiro turno. Lula é o pré-candidato do PT para a presidência da República e sua candidatura pode ser lançada mesmo com ele preso em regime fechado, e só poderá ser impugnada pela Justiça Eleitoral após 16 de agosto.

A primeira pesquisa realizada pelo Datafolha após a decisão injusta da prisão de Lula pelo Tribunal Regional Federal da quarta região estimulou nove diferentes cenários com até dezesseis nomes. Sempre que seu nome é incluído, Lula lidera com larga vantagem, com mais do dobro das intenções de

voto do segundo colocado, o deputado Jair Bolsonaro (PSL). Este último, ao que parece, chegou ao teto, com 15% no cenário principal, e ao máximo, de 17%, sem Lula na disputa.

Marina Silva (Rede) desponta em terceira colocação, com 10% das intenções de voto em todos os cenários com Lula. É ela quem mais se beneficia quando o excluem da disputa, chegando a até 16%, enquanto Bolsonaro não ultrapassa 17% e parece ter atingido seu teto. Ciro Gomes (PDT) também herda parte do eleitorado de Lula, pois, com ele no páreo, não ultrapassa 5%, mas praticamente dobra seu desempenho não tendo Lula como opositor, variando de 9 a 10%.

Joaquim Barbosa (PSB), que pela primeira vez tem o nome testado em sondagem do Datafolha, em cenários com o ex-presidente Lula atinge 8% e chega no máximo a 10% sem a concorrência do ex-presidente. Enquanto isso Alckmim (PSDB) não decola, fica abaixo na disputa tanto em cenários com Lula, nos quais obtém apenas 6%, quanto naqueles sem ele, quando obtém no máximo 8%.

Outros candidatos da direita, como Álvaro Dias (Podemos), Rodrigo Maia (DEM), Henrique Meirelles ou Michel Temer (MDB), Fernando Collor de Mello (PTC), Guilherme Afif Domingos (PSD), João Amoedo (Novo), Flávio Rocha (PRB) e Paulo Rabello de Castro (PSC) não ultrapassam 4% em disputa com Lula e 5% sem ele. O mesmo ocorre com outros candidatos de esquerda, como Fernando Haddad ou Jacques Wagner, pelo PT, Manuela D'Ávila (PCdoB) e Guilherme Boulos (Psol), que, com Lula, obtém 2% de intenções de voto e sem ele chega a 3%.

O fato é que sem Lula na disputa, o número de pessoas dispostas a não votar em ninguém cresce significativamente de 13%, 14% para 23%, 24%.

Considerando Lula na disputa e os candidatos da esquerda que se posicionaram a seu lado na defesa do direito de ser candidato, a esquerda tem hoje entre 31% e 33%. Considerando candidatos de centro-esquerda, como Ciro Gomes, Marina Silva e Joaquim Barbosa, os votos no campo da esquerda ampliada somam entre 54% e 56%. Sem Lula, a esquerda ampliada teria somado entre 36% e 38% das intenções de voto. Por outro lado, os candidatos da direita somados obtêm entre 28% e 29%



com Lula na disputa e de 34% a 35% em cenários sem o ex-presidente.

A tendência do eleitorado à esquerda se confirma nas intenções de voto no segundo turno. Lula vence todos os cenários em que disputa, por 48% a 31% contra Bolsonaro, 46% a 32% contra Marina e 48% a 27% contra Alckmin. Marina vence Bolsonaro e Alckmin, por 44% a 31% e 44% a 27%, respectivamente. Aparentemente Ciro é quem tem menos chances de enfrentar a direita, empata com Alckmin e Bolsonaro, respectivamente, com 32% e 35%.

O apoio de Michel Temer mais atrapalha do que ajuda, pois 86% do eleitorado não votariam em candidatos apoiados por ele. Em índice menor, o apoio de Fernando Henrique Cardoso também não favorece as candidaturas, uma vez que 66% não votariam em candidatos apoiados pelo ex-presidente tucano.

Já o apoio de Lula seria decisivo para 30% do eleitorado e 16% talvez venham a votar em candidatos apoiados pelo candidato petista. A prisão de Lula pode vir a aumentar sua força, pois se apresentam várias irregularidades na sua condenação. Mesmo entre boa parte dos que defendem o combate à corrupção prevalece o respeito aos princípios básicos da Justiça, como o direito à ampla defesa, a necessidade de apresentação de provas e o respeito a prazos até a última instância.

### Congresso e a força do PT

A prisão de Lula não trouxe a esperada corrosão do partido aguardada pela mídia, e o PT mantém o índice de preferência partidária em 20%, disparado em relação aos demais partidos, cuja maior preferência é de 4% para o MDB, 3% para o PSDB, PDT e PSol de 1%. Os demais partidos atingiram 1% de preferência partidária. Apesar da prisão de Lula ou em repúdio a ela, nos primeiros quinze dias em que o ex-presidente esteve detido, o partido recebeu 3.230 filiações, quase 30% do total dos registros contabilizados desde o início do ano. O PT tem hoje 2,1 milhões de filiados, com número inferior apenas ao do MDB, que vem perdendo filiados desde o golpe.

O final da janela partidária coincidiu com a prisão de Lula e um dos momentos mais dramáticos da história do PT, mas trouxe resultados favoráveis ao parti-

do que se consolidou com a maior bancada na Câmara. Dos 68 deputados que o PT elegeu em 2014, o partido perdeu dez no decorrer dos quatro anos e ganhou dois, chegando ao final do período com sessenta deputados. Nas três últimas eleições, o PT foi a sigla que mais elegeu deputados.

O MDB perdeu a liderança e sua bancada caiu de 65 deputados eleitos, para 52, com a maior perda entre os partidos (treze a menos), refletindo a desaprovação de Temer, assimilado como golpista, o que gera um desgaste generalizado ao governo, o que gera um mal avaliado, e, conseqüentemente, atingindo a legenda. Sendo um partido fisiológico, sem base orgânica, o mau desempenho do governo fez 20% do seu quadro parlamentar migrarem para partidos que ofereçam melhores condições de disputa nas próximas eleições.

Os partidos que obtiveram maior crescimento com a janela partidária foram o PSL, que passou de apenas um deputado eleito em 2014 para oito, impulsionados pela candidatura de Bolsonaro e um reagrupamento da bancada da Bala em torno dela.

O DEM aproveitou o enfraquecimento das maiores legendas e dobrou de tamanho: tendo eleito 21, termina o período com 42 deputados. A adesão ao DEM muito se deve ao movimento de afastamento do partido do governo; ao protagonismo que conquistou com a chegada de Rodrigo Maia à presidência da Câmara; e à força que ganha com a possível candidatura dele à presidência da República.

Outros partidos do chamado “Centrão”, como PP, PR, PSD, também aumentaram o total de parlamentares, tornando-se decisivos como apoio nas eleições deste ano. Cresceram na medida que enfraquecem o MDB e PSDB, que reduziram sua bancada para 52 e 45. O PP ganhou dez deputados, passando à terceira maior bancada, com 48, o PR ganhou sete, evoluiu de 34 para 41 e assumiu a sexta maior bancada, e o PSD ganhou dois, passou de 36 a 38.

O PSB perdeu oito dos 34 deputados que elegeu em 2014, caindo para 26, mas ganhou afiliação de Joaquim Barbosa, com forte possibilidade de candidatar-se pelo partido à presidência da República. O que mais perdeu deputados proporcionalmente foi o Partido da Mulher Brasileira (PMB), que chegou a ter dezenove deputados no início de 2016 e hoje

não tem mais representantes na Câmara. O PV perdeu 50% de sua bancada, caindo de oito para quatro, e a Rede, de quatro para dois, o que deve afetar a base de sustentação da candidatura de Marina Silva.

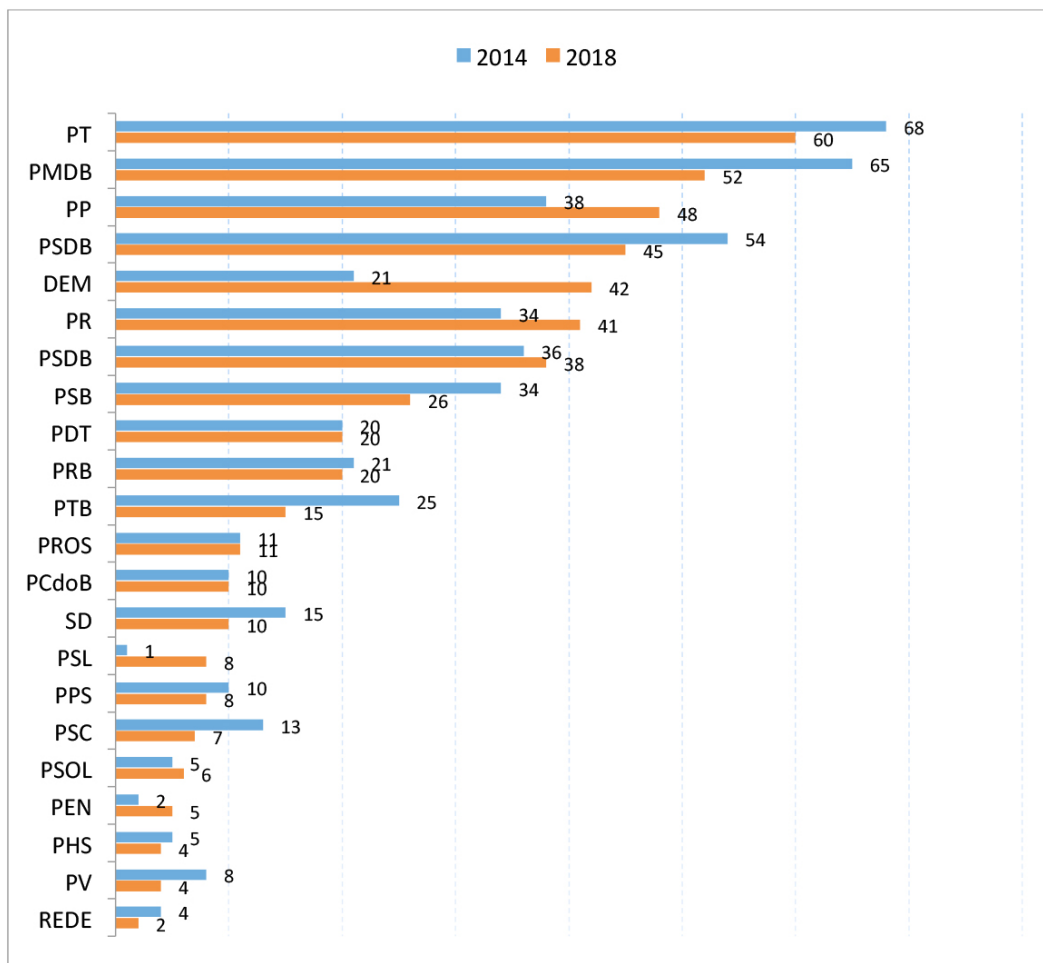
O encolhimento da legenda MDB e as disputas que travou com sua base aliada - somados ao crescimento do PT, como maior bancada, votando junto com o PCdoB e PDT, que mantiveram suas bancadas em dez e vinte parlamentares, respectivamente, e o Psol, que subiu de cinco para seis - devem atrapalhar ainda mais os planos do governo Temer, que depende do Congresso para aprovar projetos. Liderando a oposição, o PT deve seguir na obstrução de pautas, gerando dificuldades para o governo aprovar projetos e vetando os que não são de interesse popular.

O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS), afirmou que com a maior bancada da Câmara o PT

mostra sua solidez política e ideológica. Termina a legislatura na mesma posição, sedimentando sua força na articulação do campo da esquerda e mantendo como prioridade a luta contra a prisão arbitrária do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu direito a ser candidato à presidência da República, além de garantir uma boa bancada na Câmara nas eleições de outubro.

O número das bancadas da Câmara é critério para estabelecer o tempo de rádio e TV que cada legenda terá na propaganda eleitoral durante a campanha e a distribuição do fundo eleitoral estimado em 1,7 bilhão de reais fundamental no financiamento das futuras candidaturas. Desse montante, quase 50% serão divididos de acordo com o tamanho das bancadas.

Com mudança nas forças políticas, o resultado da dança das cadeiras na Câmara dos Deputados ficou assim:



Fonte: Câmara dos Deputados, lideranças dos partidos na Câmara

# SOCIAL



*A mídia tem alimentado expectativas de que o crescimento econômico seria sólido e sustentado. No entanto, para a população brasileira, esse discurso continua longe de ser a realidade: como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o aumento da pobreza e da precarização do trabalho dá o tom da “recuperação” econômica, o que obviamente impacta a capacidade efetiva da economia brasileira recuperar-se.*

## PNADC e Caged

Os analistas de mercado estão revendo suas previsões de crescimento para 2018: antes estimada em 3%, agora passa a girar em torno de 2 e 2,5%. A razão é que o motor da retomada que havia sido apontado pelos analistas – o consumo – pode decepcionar, pela situação do mercado de trabalho: o movimento de ampliação da informalidade, que começou em 2017, agora é agravado com a Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017. Aproxima-se, assim, o que se entende como trabalhador formal no país da informalidade, com a perda de direitos, o que faz a situação objetiva do trabalhador considerado formal assemelhar-se à do informal.

Sobre os dados relativos ao mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostrou que o desemprego voltou

a crescer de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 em relação ao trimestre anterior. Para o trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, a taxa de desocupação ficou em 12,6%, 0,6 ponto percentual acima do trimestre de setembro a novembro de 2017, mas menor em 0,6 p.p. que no mesmo trimestre do ano anterior.

Se, por um lado, esse crescimento do desemprego é de certa forma comum, considerando a dinâmica da economia brasileira, que se acelera no fim do ano e com desligamentos no início do ano, o quadro é bastante delicado, em especial pela continuidade da ampliação da informalidade na economia brasileira.

Os dados do trimestre em questão mostram que o número de empregados com carteira atingiu 33,1 milhões, o menor nível da série histórica desde 2012. Já os empregados sem carteira (que contabilizavam 10,8 mi) caíram em relação ao trimestre anterior (em

que foi de 11,2 mi), mas se ampliaram em relação ao ano anterior, quando somavam 10,3 mi.

Os trabalhadores por conta própria somam 23,1 milhões de pessoas, estável em relação ao trimestre anterior, mas acima do ano anterior, quando somavam 22,1 mi. Somam-se a esse quadro uma quantia de 26 mi de brasileiros desocupados, que desistiram de procurar emprego ou trabalham menos horas do que gostariam. Ou seja, tem se mostrado consistente a tendência na economia brasileira de uma “recuperação” do mercado de trabalho puxada pelo crescimento da informalidade e dos empregos mais precários.

Os dados do Caged mostram que, para 2018, em janeiro e fevereiro houve saldo positivo de geração de vagas formais (respectivamente 77,8 mil e 61 mil), mas a informalidade continua muito alta e sendo a marca da queda das taxas de desocupação no país. Para março de 2018, foi anunciada uma geração de 56 mil vagas formais, o que, comparado aos dados de janeiro e fevereiro, mostra uma desaceleração na criação de postos formais, apesar do resultado de março ter sido o melhor desde 2013, quando o Brasil gerou 112 mil postos de trabalho formais no mesmo mês (saldo).

Em março de 2018 o crescimento foi impulsionado pelo setor de serviços (que obteve saldo de 57 mil e que também concentrou a maior parte dos novos contratos do tipo intermitente, permitidos após a reforma), seguido da indústria (dez mil) e construção civil (sete mil), com a agropecuária apresentando saldo negativo de 17,8 mil postos de trabalho formais.

Outros indicadores do mercado de trabalho também caminham na mesma direção, apontando uma redução dos custos do trabalho em setores específicos, o que impacta o poder de compra dos trabalhadores e sua qualidade de vida. Por exemplo, nesse mês o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a mão de obra na construção civil ficou mais barata em março de 2018 em relação a fevereiro do mesmo ano e com queda ainda maior em relação ao mesmo mês no ano anterior. O IBGE aponta que, em 2017, foram

firmados dois acordos coletivos no setor, contra nenhum em março de 2018.

### **PNADC: pobreza e desigualdade**

Dados da PNADC de 2017 divulgados pelo IBGE mostram que neste ano os 10% mais ricos do Brasil concentraram 43,3% da massa de rendimentos de 2017, enquanto aos 10% mais pobres restou somente 0,7% dessa massa. Em 2016, esses valores foram, respectivamente, de 43,4% e 0,8%.

De 2016 para 2017, também caiu a participação da renda de todos os trabalhos na composição da renda das famílias em 1 p.p., de 74,8% para 73,8%. Já a renda média e o rendimento médio real domiciliar dos brasileiros caíram de 2016 a 2017. Esse aspecto, que a decomposição regional deixa mais evidente que tenha sido puxado pela região Sudeste, é responsável pela desigualdade medida pelo Gini a partir dos dados da PNADC não ter aumentado de 2016 para 2017 (manteve-se em 0,549).

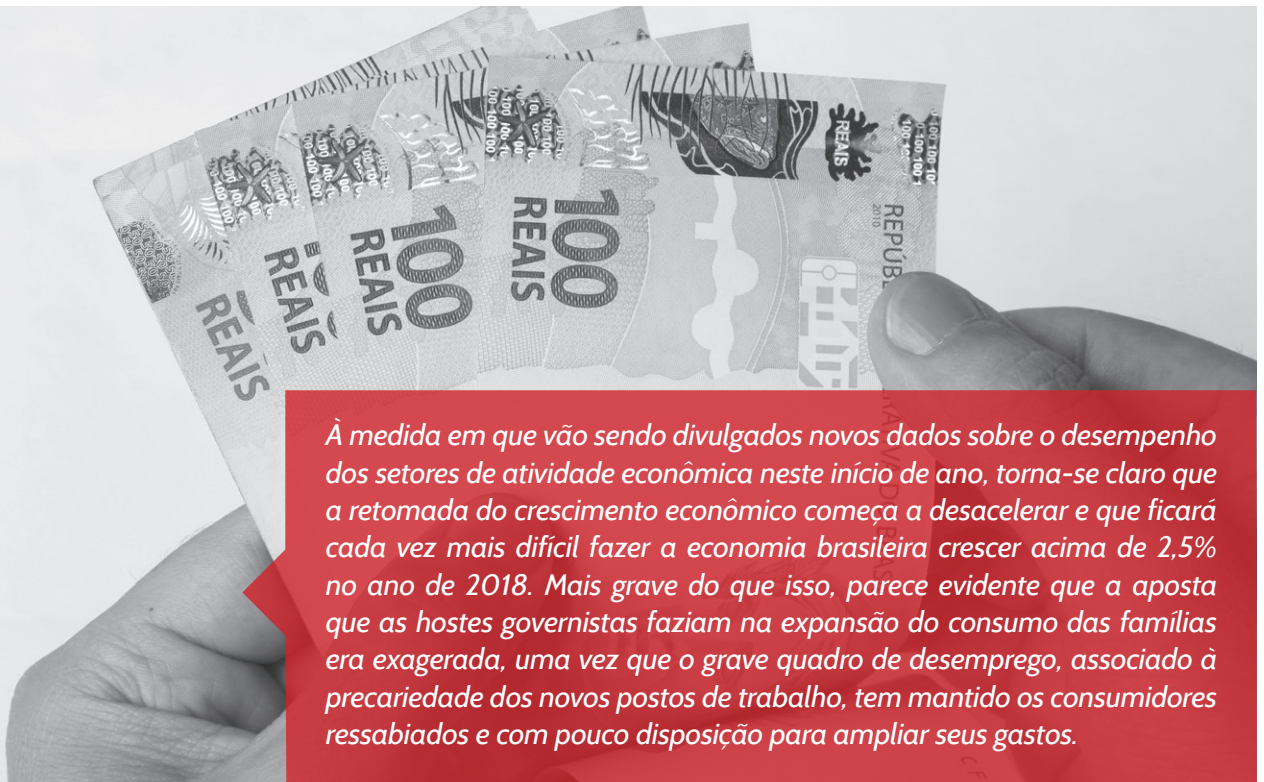
A renda dos mais ricos também caiu em 2017, mostrando que a desigualdade não aumentou em 2017, apesar da ampliação da pobreza, porque todos ficamos mais pobres de maneira geral. Também, a partir dos novos dados da PNADC, especialistas calcularam um aumento da miséria no Brasil de 2016 para 2017 de 1,5 milhão de pessoas.

Todos os indicadores mostram uma piora da qualidade de vida dos brasileiros de 2016 a 2017. Embora a desigualdade de renda seja uma questão estrutural do Brasil, os dados reiteram que o modelo econômico adotado tem ampliado as desigualdades no país.

Do ponto de vista dos trabalhadores, essas não são boas notícias, pois significa que seu poder de compra está mais baixo e seu poder de barganha para conseguir melhores condições de trabalho, em um momento de altos níveis de desemprego, está muito baixo. E, se os trabalhadores estão obtendo uma pior inserção no mercado de trabalho, piores condições de consumir e pior qualidade de vida, cabe perguntar a quem interessa o arranjo atual para a “recuperação” econômica.



# ECONOMIA



À medida em que vão sendo divulgados novos dados sobre o desempenho dos setores de atividade econômica neste início de ano, torna-se claro que a retomada do crescimento econômico começa a desacelerar e que ficará cada vez mais difícil fazer a economia brasileira crescer acima de 2,5% no ano de 2018. Mais grave do que isso, parece evidente que a aposta que as hostes governistas faziam na expansão do consumo das famílias era exagerada, uma vez que o grave quadro de desemprego, associado à precariedade dos novos postos de trabalho, tem mantido os consumidores resabiados e com pouco disposição para ampliar seus gastos.

## Nível de Atividade

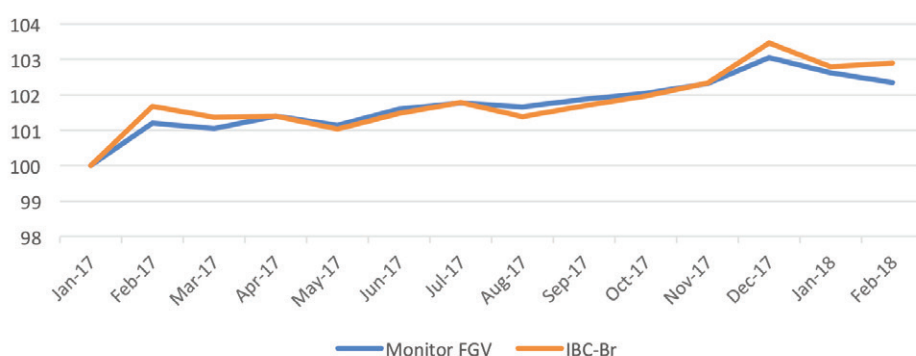
Contrariando as previsões da maioria dos analistas do mercado que apostavam em uma aceleração do crescimento econômico neste início de 2018, os indicadores de atividade disponíveis até o momento apontam um processo de desaceleração que já produz algumas revisões para baixo das estimativas de avanço do PIB em 2018. Se no início do ano se falava em um crescimento de 3% do PIB, após a divulgação dos indicadores relativos ao mês de fevereiro os prognósticos convergiram para o patamar de 2,5%.

Entre os dois principais indicadores antecedentes disponíveis no país, do Banco Central (IBC-Br) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV - Monitor do PIB), registrou-se no mês de fevereiro uma tênue oscilação positiva do primeiro (+0,09%), enquanto o segundo apontou uma queda (-0,3%). Como fica claro no comportamento das respectivas trajetórias apresentadas no gráfico 1, a recuperação que parecia se acelerar nos últimos dois meses de 2017 perdeu vigor nesse início de 2018, com queda acumulada nos dois primeiros meses do ano em ambos indicadores (IBC-Br = -0,6%; Monitor FGV = -0,8%).

Gráfico 1

## Indicadores Antecedentes do PIB

(Índice mensal dessazonalizado: Jan/2017 = 100)





Como não poderia deixar de ser, as quedas percebidas no início do ano de 2017 se expressaram também no comportamento das taxas trimestrais, conforme é possível observar no gráfico 2. A recuperação continuada que vinha sendo registrada pelo Monitor do PIB da FGV desde o mês de agosto de 2017 alcançou sua maior taxa de crescimento trimestral no mês de dezembro (2,1%), a partir de

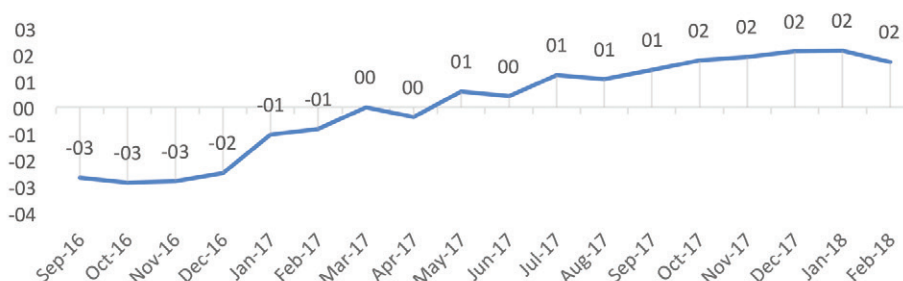
quando perde fôlego e volta a cair para 1,7% no trimestre encerrado no último mês de fevereiro.

Tais resultados decorrem em grande medida das tendências capturadas pelas pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que foram divulgadas ao longo das primeiras semanas do mês de abril e causaram surpresa pelo fraco dinamismo revelado.

Gráfico 2

## Monitor do PIB (FGV)

Taxa de variação trimestral (comparando aos mesmos trimestres dos anos anteriores)



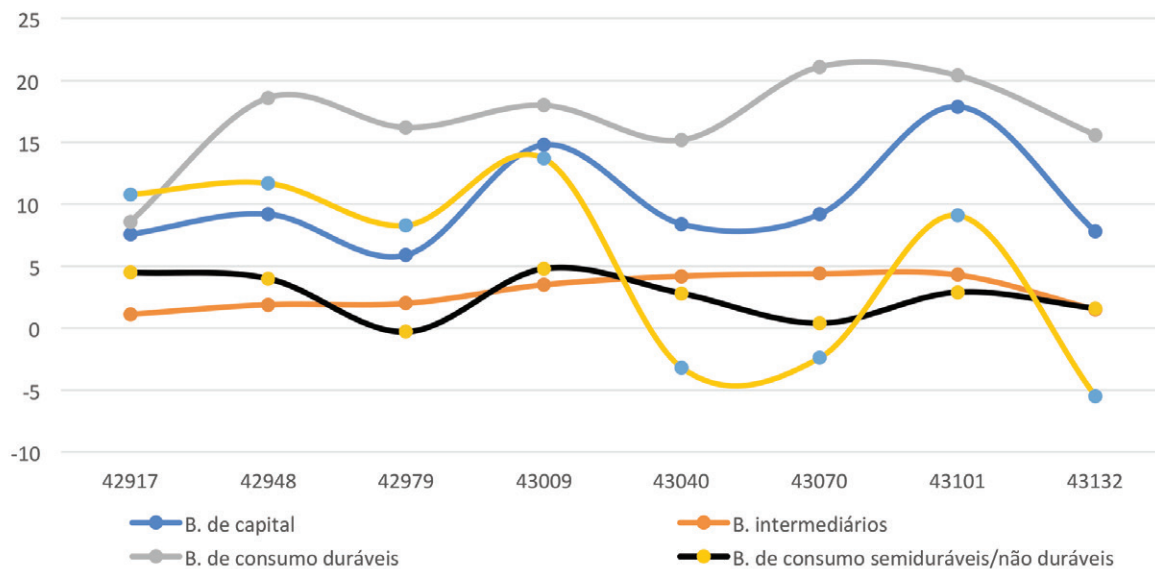
Os dados apurados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE), por exemplo, apresentaram quedas inesperadas nos comparativos com o mês anterior, tanto no indicador do volume de vendas do “varejo restrito” (-0,22%) quanto no de “varejo ampliado” (-0,11%) – o qual inclui as vendas de automóveis, motos e peças e de materiais de construção. Além disso, o fato de o setor supermercadista ter puxado a queda do varejo com uma retração de 0,6% em relação ao mês de janeiro parece ser um péssimo indicativo da fragilidade do consumo agregado.

Considerando que o consumo das famílias vinha sendo a principal aposta dos analistas para a sustentação do ritmo de crescimento da economia brasileira no presente ano, essa contração das vendas no varejo sugere que esse componente da demanda não será capaz de dinamizar de ma-

neira mais robusta o conjunto da economia neste ano de 2018.

Já a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) apurou uma variação positiva de 0,2% na passagem de janeiro para fevereiro, ainda insuficiente para recuperar a queda acentuada que foi percebida no mês anterior (-2,4%). Assim, embora no comparativo anual (fev2018/fev2017) ainda se tenha registrado um aumento de 2,8% para o conjunto do setor industrial, percebe-se que este indicador também aponta um processo de desaceleração. Na análise por grandes categorias econômicas (veja gráfico 3), todas revelam diminuição no ritmo de crescimento no comparativo do mês de fevereiro em relação ao mesmo mês do ano anterior, sendo que tanto a produção de bens de capital quanto a de bens intermediários já apresenta desaceleração desde o último mês de 2017.

**Gráfico 3**  
**Produção Industrial,**  
**por grandes categorias econômicas**  
 (Variação percentual sobre mesmo mês do ano anterior)



Completando o conjunto de pesquisas mensais setoriais do IBGE, o setor de serviços também registrou resultados decepcionantes na apuração relativa ao último mês de fevereiro. De acordo com a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), apesar de se ter percebido uma oscilação positiva de 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, registrou-se retração na comparação com o mesmo mês de 2017 (-2,2%) e no acumulado do ano (-2,4%). No que tange especificamente a este último dado, cabe dizer que desde maio de 2015 não é registrado um valor positivo, embora a taxa de fevereiro último represente a menor queda desde setembro daquele mesmo ano.

### Contas Públicas

Ao que tudo indica, os gastos do setor público devem crescer um pouco ao longo de 2018, produzindo um efeito expansionista que poderá contribuir com 0,5% da taxa de crescimento do PIB anual. Considerando que em sua mais recente revisão o Ministério da Fazenda projeta um déficit primário do governo central de 157 bilhões de reais em 2018 – portanto de magnitude ligeiramente inferior à meta estabelecida na LOA (159 bilhões de reais) – a maior disponibilidade de recursos para a ampliação dos gastos de-

corre do fato de se estar observando um importante aumento das receitas fiscais neste, como atestam os números relativos ao primeiro bimestre do ano.

Na análise apresentada pelo último Relatório Mensal do Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, a receita do governo central cresceu 24,6 bilhões de reais no bimestre, dos quais 35% resultantes da recuperação da arrecadação de tributos associada à melhora da atividade econômica, enquanto os demais 65% foram obtidos por meio de fatores não recorrentes (Refis, elevação da alíquota do PIS/Cofins sobre combustíveis e receitas petrolíferas). Desta forma, mesmo que neste início de ano se tenha observado uma redução das despesas do governo central (especialmente nas rubricas de educação e saúde) e uma consequente retração do déficit primário da ordem de 7 bilhões de reais – em relação ao mesmo período do ano anterior –, espera-se que nos próximos meses ocorra uma ampliação dos gastos da União, visto que a proximidade com o processo eleitoral provoca historicamente um avanço das despesas públicas a partir do segundo trimestre do ano.

Cabe salientar ainda que o bom desempenho das receitas observado até aqui (recorrentes e não recorrentes) parece ser um forte indicativo de que

haverá margem fiscal suficiente para compensar as frustrações de algumas receitas que estavam previstas no Orçamento de 2018. Por outro lado, sob a ótica das despesas financeiras, também se espera uma evolução mais favorável ao longo do ano em virtude da queda mais acentuada da taxa básica de juros.

### Comércio Exterior

Os números da balança comercial brasileira até a terceira semana de abril registraram um saldo positivo acumulado no ano de 18,490 bilhões de dólares, resultado de exportações, que totalizaram 68,871 bi, e de um total importado que chegou a 50,381 bi.

Tal resultado, embora bastante positivo e ainda indique que realmente deveremos encerrar 2018 com um saldo comercial expressivo, representa, porém, uma redução de 5,6% em relação ao que foi registrado no mesmo período de 2017 (+19,583 bilhões de dólares).

Além disso, a se considerar a continuidade da tendência que tem sido observada nos dados mais recentes, é provável que se perceba uma lenta diminuição do superávit comercial ao longo do ano, tanto em decorrência de exportações cadentes quanto da expansão das importações. Tomando por base o desempenho do nosso comércio exterior nestas três primeiras semanas do mês de abril, o saldo positivo por dia útil foi de 302,8 milhões de dólares, isto é, um decréscimo de 21,7% em relação aos superávits diários observados nas três primeiras semanas do mês de abril de 2017 (386,8 milhões de dólares).

Entre as categorias de produto que mais contribuíram com a tendência de encolhimento do nosso saldo comercial, cabe destacar a queda das exportações de produtos manufaturados (-4,5% no comparativo com o mês de abril de 2017), enquanto entre as importações destacam-se os aumentos de bebidas e álcool (+77%), de automóveis e partes

(+39%) e de equipamentos mecânicos (+33,4%).

### Inflação e política monetária

A inflação brasileira continua apresentando uma trajetória cadente, mantendo-se em ritmo inferior ao que era esperado pelos analistas de mercado e pelas consultorias que balizam o *Boletim Focus* do Banco Central. Entre os economistas que mais acertam suas projeções (o grupo chamado de “Top 5”) estima-se que a inflação de 2018 medida pelo IPCA deve ficar em 3,56%. Entretanto, deve-se assinalar que nos últimos meses observa-se de forma recorrente que, à medida em que o IBGE divulga novos dados do IPCA, as consultorias econômicas ajustam para baixo suas projeções de inflação.

De acordo com o mais recente indicador (o IPCA-15), a inflação mensal apurada até meados de abril foi de apenas 0,21% (a mais baixa desde 2006), sendo que no acumulado do ano a taxa ficou em 1,08%, o menor nível para o período desde o lançamento do Plano Real em 1994. Entre os grupos de produtos que registraram maiores altas, o destaque foi o setor de saúde (planos de saúde e medicamentos), que tem seus preços controlados pelo governo, com aumentos de 1,06% e 0,63%, respectivamente. Ou seja, não fossem os impactos altistas de alguns preços administrados, estaríamos provavelmente com uma taxa de inflação próxima de zero, a qual além de expressar o fraco pulso da atividade econômica, denotaria o equívoco da política monetária, excessivamente lenta na estratégia de reduzir a taxa Selic. Não por outro motivo, até mesmo notórios representantes da ortodoxia econômica que até recentemente exaltavam as ações do denominado “dream team” do governo Temer já criticam publicamente o excesso de conservadorismo da diretoria do BC, culpando-a pelo fraco dinamismo da atividade econômica neste ano de 2018.



# TERRITORIAL



A seção aborda os desafios para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos no período recente. Em seu escopo traz os alertas apontados pela Organização das Nações Unidas a respeito do tema e o crescimento dos conflitos em torno do uso da água no Brasil.

## DESAFIOS PARA O USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

O presente artigo aborda a discussão em torno do uso sustentável dos recursos hídricos e seus conflitos de uso no período recente. Trata dos desafios apontados pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a questão da água em escala mundial.

Além disso, o artigo mostra o crescimento dos conflitos em torno do uso da água segundo regiões geográficas, unidades federativas, grupos sociais envolvidos e os principais causadores de conflitos hídricos.

### A situação do uso dos recursos hídricos no mundo

Entre os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU destaca-se o de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Para contribuir com a discussão, o organismo inter-

nacional lançou o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento de Recursos Hídricos de 2018, no Dia Mundial da Água, em 22 de março deste ano, integrando o 8º Fórum Mundial da Água.

Segundo a ONU, a demanda mundial por água tem aumentado 1% ao ano. Vai continuar crescendo nos próximos vinte anos, principalmente pela necessidade industrial e doméstica, com destaque para o crescimento da demanda em países em desenvolvimento. O setor agrícola é e vai permanecer sendo o maior consumidor de água.

As mudanças climáticas vão intensificar os alagamentos e secas para eventos ainda mais extremos. A escassez de água em períodos maiores que um mês já ocorre em locais onde vive praticamente metade da população do mundo. A previsão da ONU para 2050

é de que a população mundial chegue a 9,8 bilhões, na qual 5,7 bilhões de pessoas poderão sofrer com a escassez de água. Prevê-se também que as pessoas morando em locais com risco de inundações aumentará em quatrocentos milhões, passando para 1,6 bilhão de pessoas até 2050.

O diagnóstico realizado pela ONU é de que a qualidade da água no mundo apresente ainda piores condições, sobretudo devido ao aumento da carga de nutrientes e produtos químicos. Essa situação provavelmente será mais grave em países de menor renda.

O debate em torno do uso sustentável dos recursos hídricos tomou proporções mundiais e muitos fóruns de discussão foram criados. Entre estes, destaca-se o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), ocorrido no Brasil em março de 2018. Foi a quinta edição de um evento internacional que ocorre paralelamente ao Fórum Mundial da Água, para lutar pelo direito à água como bem comum e pela não transformação da água em mercadoria. Nessa edição, movimentos sociais de dezesseis países, do campo e da cidade, somaram esforços para pressionar governos e multinacionais contra a mercantilização da água.

Segundo o Fama, o Fórum Mundial de Água não passa

de um evento para privatizar e comercializar reservas e fontes naturais de água, permitindo que grandes multinacionais detenham a água como bem mercantil e impedindo a solução da crise de acesso à água no mundo.

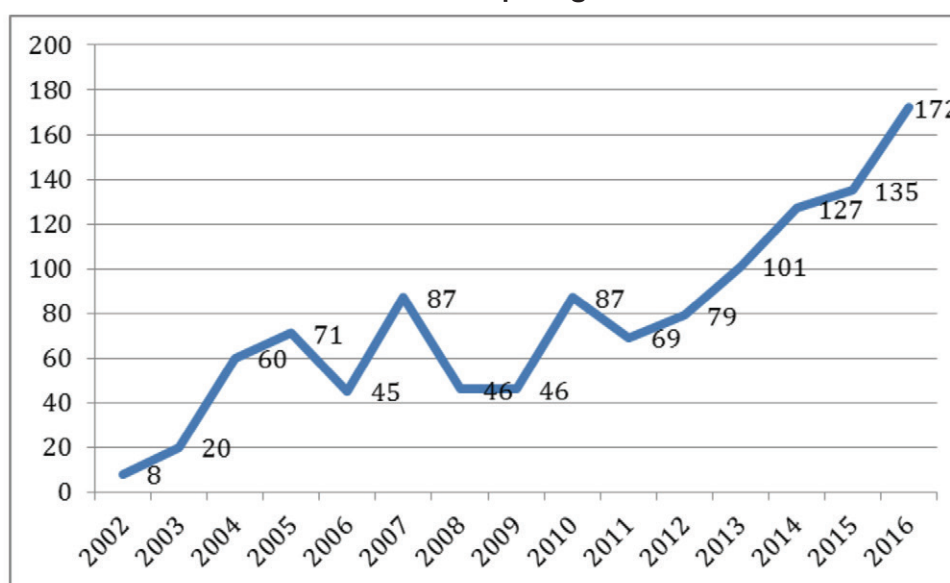
O fórum luta para que as populações atingidas pelo não uso sustentável da água, tais como índios, quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais sejam ouvidos e participem do processo decisório relacionado ao acesso à água, como mudanças climáticas, saúde, segurança alimentar e crises hídricas.

### Conflitos pelo uso da água no Brasil

Em 2016, de acordo com o último relatório de Conflitos no Campo do Brasil elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram registrados 172 conflitos pela água, o que significa praticamente um episódio a cada dois dias do ano, que envolveram cerca de 44.471 famílias.

Como é possível observar pelo gráfico a seguir, desde 2002, a quantidade de ocorrências passou de oito para 172 casos. Só entre 2015 e 2016, houve um aumento de 27% no número de casos registrados.

Gráfico 1 - Número de conflitos pela água. Brasil, 2002-2016



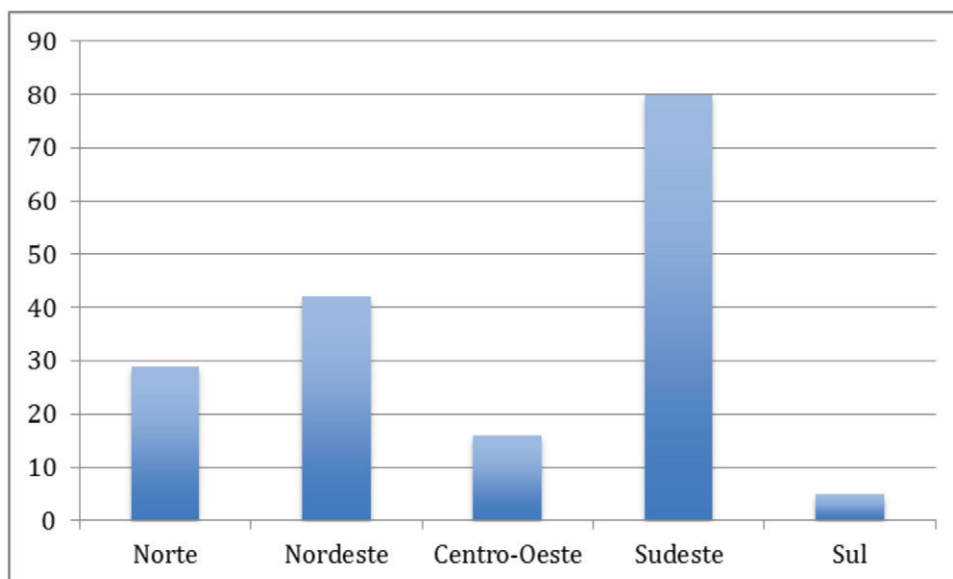
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Do total de casos, a maior parte se concentrou nas regiões Sudeste e Nordeste, com oitenta e dois casos, res-

pectivamente. Em seguida se destaca a região Norte, que apresentou 29 casos, conforme gráfico a seguir.



Gráfico 2 - Conflitos pela água segundo região geográfica. Brasil, 2016

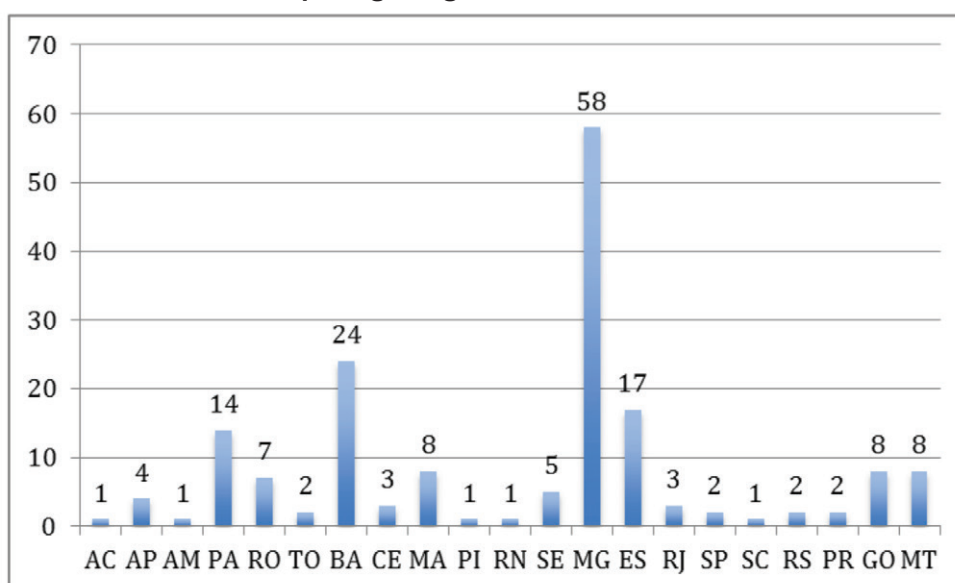


Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

De acordo com o relatório, a distribuição dos conflitos por unidade federativa mostrou uma realidade heterogênea no território, como se pode perceber pelo próximo gráfico. Em 2016, nota-se que grande parte dos estados, 21 dos 26, teve algum

caso de conflito pela água. Minas Gerais concentrou pouco mais de um terço do total dos casos no período, com 58 conflitos. A Bahia foi o segundo estado com maior quantidade de ocorrências, registrando 24 no período.

Gráfico 3 - Conflitos pela água segundo unidades federativas. Brasil, 2016

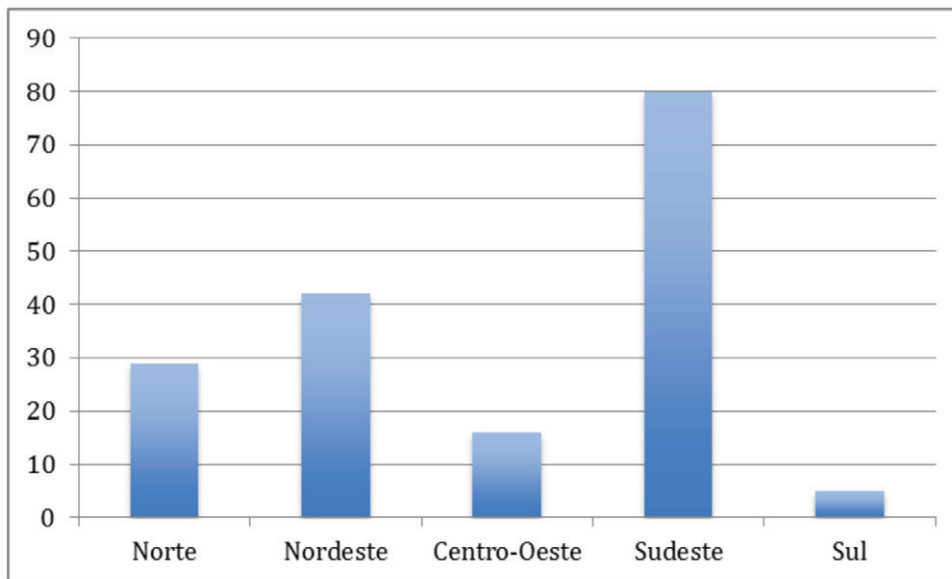


Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra também relevaram a distribuição dos casos de acordo com o grupo social atingido pelos conflitos. De acordo com o gráfico a seguir, é possível perceber que a

maior concentração dos registros foi nos grupos sociais dos ribeirinhos, com 64 casos, e dos pescadores, com 31 casos.

Gráfico 4 - Conflitos pela água segundo grupo social. Brasil, 2016

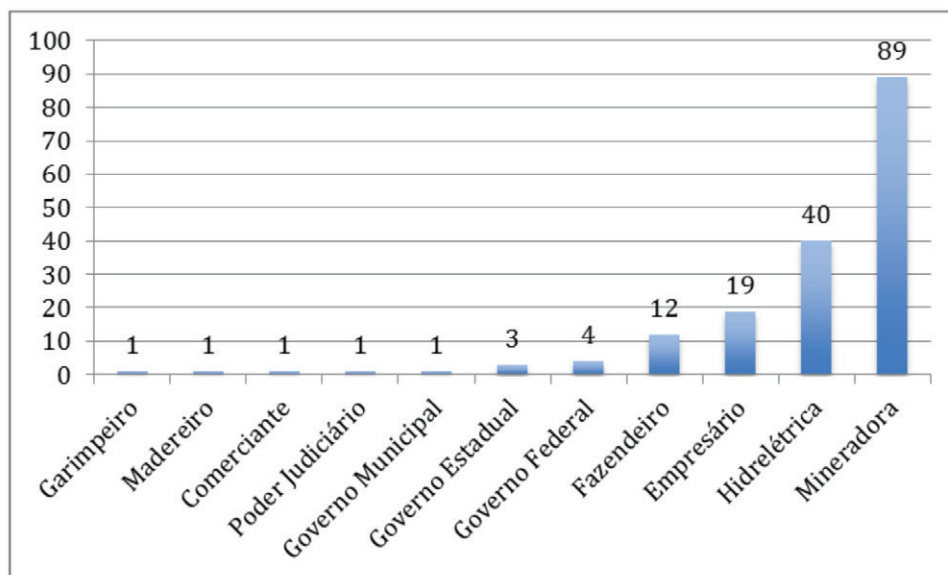


Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Além disso, observa-se a partir dos dados reunidos no próximo gráfico que os causadores da violência foram variados. Contudo, é possível notar que as mineradoras foram as maiores causadoras

de violência nos casos registrados pela Comissão Pastoral da Terra, estando envolvidas em mais da metade dos conflitos pela água.

Gráfico 5 - Conflitos pela água segundo causador da violência. Brasil, 2016



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

### Conflitos ocorridos no período pós-golpe

Observa-se também que no período pós-golpe ocorreram três mortes por conflitos pela água no Brasil. Em 2017, houve o assassinato de Fernando Pereira, liderança comunitária do município de Barcarena (PA), que denunciava conflitos fun-

diários e crimes socioambientais do setor da mineração, tais como poluição de mananciais com rejeitos químicos.

Em março de 2018, Francisca Nascimento, coordenadora geral do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu sofreu uma ten-

tativa de homicídio em São João do Arraial (PI). Francisca sofreu agressão como retaliação a um projeto comunitário que consiste na retirada de cercas envolvendo o açude de Santa Rosa. A fonte de água havia sido destruída pelo próprio agressor. Com a reconstrução e preenchimento do açude, este terá capacidade de abastecer vinte comunidades próximas.

Além disso, em 5 de março de 2018, mais de mil mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) manifestaram em frente à Suzano Papel e Celulose na cidade de Mucuri (BA). A manifestação fez parte da Jornada Na-

cional de Luta das Mulheres sem Terra, na qual o movimento denunciou diferentes situações de acordo com as realidades locais.

No caso de Mucuri (BA), as mulheres presentes na ação destacaram a crise hídrica que a cidade sofre, com a seca de mananciais de água doce. O movimento ressalta o papel da Suzano nessa crise, principalmente pelo avanço desenfreado da monocultura de eucalipto, cuja exacerbada demanda por água conflita com o uso da água para o consumo humano. Além disso, as mulheres do MST manifestaram contra a pulverização aérea pela empresa e uso de transgênicos na produção.

# COMUNICAÇÃO



Foto de Francisco Proner

*Esta seção aborda a ampla repercussão da prisão de Lula na imprensa internacional do mundo todo, que enfatizou o antagonismo entre as acusações contra o ex-presidente e sua defesa com base na falta de provas. O tema também é tratado segundo sua repercussão nos editoriais dos grandes jornais e nas redes sociais.*

## A prisão de Lula na imprensa internacional

Os três dias de resistência na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, foram assunto em veículos de imprensa de todos os continentes. Essa constatação é muito significativa porque permite que se perceba a dimensão e a importância que Luiz Inácio Lula da Silva tem no mundo mais de sete anos depois de ter deixado de ser presidente do Brasil. Talvez seja interessante refletir sobre quais são os fatos capazes de alcançar essa mesma proporção, e, no mesmo dia, estamparem as capas dos jornais e dos sites de notícias mais influentes da América do Norte, da Europa e da Ásia.

A maior parte das publicações não tratou do assunto como mais uma etapa da longa Operação Lava Jato, mas enfocou o antagonismo entre as acusações que o Poder Judiciário tem feito contra o ex-presidente e a postura dele ao se defender, dizendo que é inocente e chamando a atenção para a falta de provas no processo.

Pouquíssimos textos trataram Lula como um político corrupto de fato. Um exemplo é o conservador *El Clarín*, da Argentina. Porém, na grande maioria das notícias o que se coloca é o embate de posições, citando, inclusive, que juristas brasileiros declararam que o processo é enviesado. Com base em todas as notícias analisadas, conclui-se que, no mundo, a informação jornalística preponderante sobre a prisão de Lula é que o processo que o condenou está sendo questionado, mesmo com a sua prisão.

O que torna a imagem do ex-presidente ainda mais forte é a forma como a grande maioria das notícias se refere a ele. Basicamente, dizem que Lula foi o presidente que retirou dezenas de milhões de brasileiros da miséria, que sob seu governo o Brasil viveu anos de crescimento espantoso em níveis semelhantes aos da China, com taxas de 7,5% ao ano.

Além disso, as publicações lembram que ele deixou a presidência com o maior índice de aprovação já registrado na história do país, que as políticas sociais foram sua grande marca, que ele é um ex-sin-



dicalista importante na luta contra a ditadura militar e a favor da democracia e que foi chamado por Barack Obama de “o político mais popular da Terra”. Essa forma de descrevê-lo estava presente até em reportagens que tinham manchetes aparentemente negativas, como “A queda do ícone Lula” – título que foi usado em mais de um veículo. É importante lembrar que fora do Brasil o jornalismo não ignora nem tenta apagar o passado, ao contrário do que normalmente faz a imprensa tradicional “tupiniquim”.

Apesar da prisão, a alegação de que Lula é vítima de uma injustiça e de que é um preso político parecer se fortalecido em função dos acontecimentos em São Bernardo do Campo, tanto é que personalidades de importância global têm se pronunciado solidariamente ao movimento Lula Livre, tais como o argentino vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel, além de Noam Chomsky, David Harvey, Angela Davis entre tantos outros

que estão se posicionando publicamente.

Mas o fato é que a guerra de narrativas continua. São muitos os periódicos influentes no mundo que defendem a luta contra a corrupção e a coragem do juiz Sérgio Moro e, ao mesmo tempo, reconhecem a força política do ex-presidente Lula. Ainda falta que os veículos de jornalismo estrangeiros compreendam que o processo contra o ex-presidente é vazio, sem provas.

**Grandes grupos de mídia**

O esforço para esconder o apoio popular a Lula pelos grandes grupos foi evidente se analisadas as capas dos três grandes jornais – *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S.Paulo*, que não deram destaque à foto do ex-presidente carregado por uma multidão, imagem que ganhou o mundo nas redes sociais e na imprensa internacional.

A forma de operar da imprensa tradicional brasileira foi criticada em um artigo publicado no jornal francês *Le Monde* que se referia especificamente à foto feita pelo jovem fotógrafo Francisco Proner. A

imagem feita do alto do prédio mostrando Lula, no centro do quadro, sendo carregado nos ombros de militantes em meio a outros milhares de apoiadores vestidos com roupas vermelhas e que estendiam

seus braços na direção do ex-presidente, rodou o mundo todo. Talvez tenha sido a imagem mais reproduzida entre todas as que foram feitas em São Bernardo do Campo, mas não na imprensa brasileira.

O artigo escrito por uma jornalista francesa afirma que uma grande imagem como essa vende mais e, mesmo assim, foi ignorada pelos maiores jornais brasileiros que preferiram utilizar fotos feitas em outros ângulos, o que evidencia como a linha editorial influencia no conteúdo veiculado pela imprensa do Brasil. Por ser tão significativa, a imagem foi utilizada na página do Facebook do jornal *Le Monde* como imagem de capa.

No editorial publicado em 6 de abril, *Prisão de Lula reforça o estado de direito*, o jornal *O Globo* tece uma análise segundo a qual a prisão de Lula representa o encerramento de um ciclo. O texto conclui que Lula teria sido reeleito por adotar medidas neoliberais. “A economia se recuperou, devido à terapia “neoliberal” que aceitou aplicar, o Brasil decolou, e Lula se relegeu, levando-o a colocar no Planalto, mais adiante, uma desconhecida, Dilma Rousseff. Pela força de sua popularidade”.

Já o *Estadão* atribuiu ao “bom senso” a decisão do Supremo Tribunal Federal ao negar o habeas corpus ao ex-presidente. “O que se viu na sessão de ontem, contudo, foi a prevalência do respeito do Supremo à sua própria jurisprudência. Considerando-se a confusão institucional em que o país está metido, só isso já deve ser considerado um grande avanço.”

E a *Folha de S.Paulo* publicou, em 4 de abril, o editorial *Não se trata de Lula*, no qual explicita sua posição favorável à prisão de condenados em segunda instância. “A despeito de mudanças da composição e de opiniões individuais no Supremo, os magistrados farão melhor em não rever uma decisão tão recente – e não somente por ser ela virtuosa. Importa, também, preservar a estabilidade jurídica e institucional do país.”

Em vídeo publicado pelo *Valor Econômico* em 6 de abril, a colunista Maria Cristina Fernandes destaca que os réus da Lava Jato perderam o “biombo” com a prisão do ex-presidente Lula e se apressam em arranjar alternativas legislativas para evitar a prisão em segunda instância, o que pode significar que ele

tenha sido o último a ser preso. “Lula foi usado até o talo, virou bagaço e não nos lhes serve mais”, disse. Ela também avaliou que o PT está paralisado e perde a oportunidade de galvanizar uma aliança da esquerda para apresentar alternativa ao país e que o partido decidiu encarcerar-se junto com Lula, o que pode significar o seu fim.

## Redes sociais

Foram analisados os dados capturados no Twitter durante os dias 5 e 7 de abril, um total de 3.134.364 ocorrências, posteriormente processados para analisar os agrupamentos formados durante o período, bem como a importância de cada usuário dentro de seu agrupamento. Por fim, o conteúdo produzido por esses agrupamentos foi processado a fim de encontrar insights que nos ajudem a compreender as ações e movimentações de cada um deles.

O Twitter foi marcado por forte presença de usuários que abordaram o tema com humor, tanto usuários favoráveis quanto contrários a Lula. Chamou a atenção também – e será alvo de análise no próximo período – uma quebra no discurso da direita que se vê, a partir de agora, possivelmente órfã de um tema aglutinador de suas forças.

Também foram coletadas no Facebook 10,2 mil ocorrências, com pico de produção de conteúdo na sexta-feira (6/4), entre as 18h e 20h. A página *Jornalistas Livres* foi a que mais produziu conteúdo no Facebook, seguida por *Jornal do Commercio*, *O Antagonista*, *UOL* e *Brasil 247*. No dia 5, o *Jornal do Commercio* foi o que mais produziu. No dia 6, *Jornalistas Livres* foi o maior produtor de conteúdo. Já no dia 7 o *Mídia Ninja* foi o destaque. No dia 5, os jornais impressos tiveram maior volume. Já nos dias 6 e 7, foram as páginas de esquerda progressista. Entre os termos mais citados estão Lula, Povo, Brasil, Moro, Querer, Mais, Preso, Cadeia, Presidente, Ladrão, Bandido e Brasileiro.

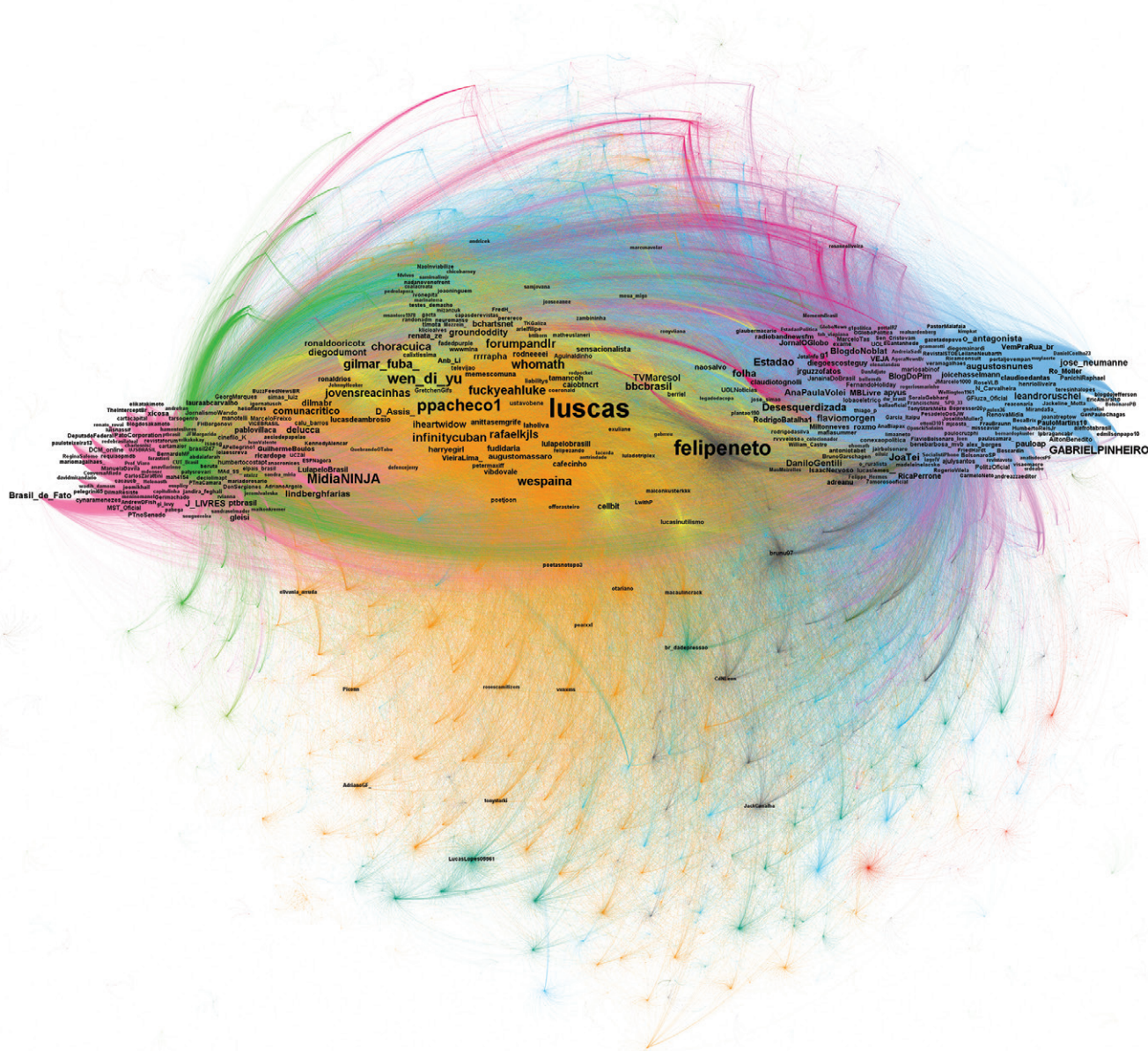
## Twitter

O pico de ocorrências ocorreu no dia 7. Entre os publicadores com maior número de seguidores destacam-se canais de imprensa. Entre os termos



mais citados destacam-se Lula, prisão, preso, Moro, presidente, Brasil, povo, país, sindicato, entregar, hoje, polícia, Aécio e corrupção. Entre as hashtags mais citadas: #LulaLivre, #OcupaSãoBernardo, #EuSouLula, #LulaValeALuta, #Lula, #LulaPresoHoje, #LulaNaCadeia, #LulaPreso e #JamaisAprisionarãoNossosSonhos.

Para além da já tão aguardada mobilização no Sul e Sudeste brasileiro, chama atenção o grande volume de ocorrências em algumas capitais do Nordeste. Entre as imagens mais compartilhadas no Twitter, há menções irônicas ao “fim da corrupção”, memes e imagens de Lula com o povo.



O agrupamento laranja não envolve diretamente usuários ligados à política partidária petista e concentrou 33,11% dos nós (perfis) e 16,17% das arestas (compartilhamentos e comentários). Com foco no humor e uso de referências populares, teve pouquíssimos ataques direcionados a Lula. A foto de Lula na multidão teve enorme alcance.

O agrupamento amarelo, com 21,64% dos nós e

11,32% das arestas, é mais politizado que o laranja e também tem foco no humor. Apresenta um volume baixíssimo de ataques direcionados a Lula ou que cite corrupção. Suas piadas referem-se a políticos de direita e reacionários, bem como a páginas e outras personagens da rede antipetista na internet.

Os antipetistas da rede estão no agrupamento azul, que concentrou 18,67% dos nós e 29,28%

das arestas. Sua produção chamou a atenção pela ausência de material gráfico em tempo real. Foram utilizados vídeos e imagens de períodos anteriores. Houve um certo “desnorreamento” nesse grupo, que envolveu parte da imprensa do Sudeste e se dividiu em desapontamento na sexta, comemoração, pedidos de ação, tentativa de desmoralizar o discurso de Lula no sábado.

A esquerda progressista está no agrupamento lilás, com forte participação da imprensa alternativa e de líderes petistas. Teve 10,76% dos nós e 18,15% das arestas, com grande apelo da imagem de Lula junto do povo no Sindicato. A resistência saiu valorizada nesse grupo.

No agrupamento cinza está presente o humor popular voltado aos ataques a Lula. Mostrou-se confuso

quando a esperada prisão de Lula na sexta-feira não ocorreu. Formou-se assim um vácuo na abordagem humorística. Trata-se de um grupo anti-petista com ares liberais, que une usuários como Felipe Neto e Maurício Meirelles, ex-CQC, mas carrega consigo argumentos considerados isentos por muitos.

A imprensa está no agrupamento vermelho, que teve 2,76% dos nós e 1,09% das arestas. Aproximou-se muito dos anti-petistas no Twitter, em especial pela abordagem da cobertura durante os episódios. Destaca-se a mobilização das Organizações Globo no episódio. Também neste agrupamento chamou a atenção a ausência de imagens e vídeos em tempo real. Aqui estão também os canais de “fact-checking” do Twitter. Pouco dialogam com outros agrupamentos e se retroalimentam da imprensa dita tradicional.



# MOVIMENTOS SOCIAIS



*O comportamento dos movimentos sociais e do ex-presidente Lula diante do cenário de abril foi fundamental para a construção de uma narrativa contundente: Lula é preso político, e não há possibilidade de reconstrução democrática enquanto essa gravíssima situação se mantiver.*

A situação da democracia brasileira é mais grave a cada mês que se efetuam as análises de conjuntura. Dessa vez, ocorre a maior articulação judicial e política desde o golpe de 2016. Lula está preso em Curitiba (PR).

No entanto, a “expectativa” que foi artificialmente criada no Brasil em torno desse momento obscuro da história não foi plenamente atendida. Primeiro porque a narrativa golpista que se construiu em torno desse ataque à democracia não surtiu efeito algum, e, segundo, porque a reação dos movimentos sociais foi suficiente para apontar um duro caminho de resistência para o próximo período.

Queriam Lula preso a qualquer custo. Não se amparam em nenhuma circunstância jurídica minimamente aceitável, e a população parece ter entendido isso. Não por acaso, os números de rejeição e daqueles que defendem a prisão do ex-presidente são bastante parecidos. Em linhas gerais: quem não quer Lula candidato a presidente, não quer Lula em liberdade.

Esse raciocínio se apresenta de forma muito efetiva no argumento dos grandes grupos de mídia e dos

chacais do Poder Judiciário que julgaram Lula. No entanto, as horas que antecederam a apresentação do ex-presidente contaram outra história.

É verdade que o mundo da TVT e o mundo da TV Globo se baseiam em fatos totalmente diferentes. Mas, dessa vez, as imagens dos canais foram uma só. A estratégia alinhada com a direção dos sindicatos, dos movimentos sociais e da própria comunicação produziu uma narrativa própria, potente, que fez até mesmo a Globo News valer-se de imagens da TVT para a transmissão daqueles fatos.

Lula falou ao vivo para o Brasil, em pleno sábado de manhã. Foi assistido por milhões de pessoas e construiu a narrativa de sua apresentação às forças anti-democráticas por suas próprias palavras. Ali não havia nenhum tipo de resignação ou culpa. Tratava-se de um líder popular que se apresentava a um poder reacionário e violento. Jamais na história do Brasil um homem prestes a ser preso foi capaz de contar a sua verdade dessa forma.

O que aconteceu nos dias em São Bernardo foi a pre-

paração, por parte dos movimentos sociais que lá estiveram, em especial o MTST, para esse tenebroso momento da história. Que chegou até a ser belo, apesar da enorme tristeza que tomou conta daquelas horas.

As lideranças dos movimentos sociais mais representativos do país e dos partidos que compõem o campo progressista nacional não arredaram pé do Sindicato até o momento em que Lula foi ao encontro de seu injusto destino. Guilherme Boulos, pré-candidato a presidente pelo Psol, e Manuela D'Ávila, pré-candidata a presidenta pelo PCdoB, se mantiveram ao lado de Lula o tempo todo.

Essa simbologia política criada por Lula e ressoada por todos que lá estavam representou a profundidade política e ideológica desse momento. Lula ter encerrado a sua fala levantando os braços dos dois pré-candidatos e deixando-se carregar pelos braços do povo é a grande fotografia daquele dia. E talvez uma das mais importantes da história de Lula.

Porque ali as barreiras da fragmentação política da esquerda, dos projetos pessoais, do individualismo foram ultrapassadas. A experiência coletiva de São Bernardo, que em nenhum momento deixou de ser tensa ou triste, é uma experiência política que muitos dos que estavam lá talvez nunca tivessem vivido.

Isso representa um potencial criativo e de força de resistência impressionante. Não por acaso, dos dias que se seguiram à prisão de Lula, foram ocupadas, pelo MST, diversas fazendas que são propriedades de homens que defendem esse abuso autoritário que vive o Brasil. O MTST, por sua vez, ocupou, ainda que por poucas horas, o famigerado triplex, provando inclusive que as reformas que Moro usou em sua sentença sequer existiram.

A intensa manutenção dessa agenda política de ma-

nifestações marca uma nova etapa da atuação dos movimentos sociais ante o golpe: a mobilização agora é intensa, permanente e descentralizada. Essas pequenas ações contribuem para a manutenção de um item essencial à narrativa que se constrói no momento: haverá indignação todo o tempo e não vai parar até que seja devolvida a liberdade de Lula.

O epicentro desse processo, obviamente, é Curitiba. O acampamento em frente ao prédio da Polícia Federal já dura mais de duas semanas, numa vigília permanente em defesa da liberdade e da democracia. O acampamento incomodou. As ocupações incomodaram. Isso por si só já demonstra que essas ações surtem efeito, e devem se manter.

A disputa do simbólico em torno de Lula tem sido exitosa. As cartas para Lula, o bom dia presidente que se dá diariamente e as inúmeras filiações que o PT recebeu após o dia 6 de abril apontam para o fato de que esse movimento segue crescendo.

A agenda política do país está vazia, sem oposição, sem movimento político eficaz. Até quando o poder se segura nesse contexto?

Não há nenhuma sinalização de agenda que ao menos tente mostrar uma possível mudança positiva de vida das pessoas. O marasmo pré-eleitoral do Poder Legislativo parece ter vindo antes da hora.

As próximas ações dos movimentos sociais serão fundamentais para a construção da correlação de forças que orientará o segundo semestre no Brasil. O jogo não está zerado, mas é inegável que a prisão de Lula esvazia a pauta da direita, que agora não tem mais um inimigo em condição de disputa justa e franca. É por isso que querem mantê-lo calado.

Lula vai seguir disputando o Brasil, com o apoio do povo.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Edição eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 24 de abril de 2018.





BOLETIM DE  
ANÁLISE DA  
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)